

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Quem perde com a mudança de preços no setor elétrico?	2
Título: Geopolítica e energia pós-pandemia	4
Título: Curtas	7
Título: Curtas	7
Título: Worldsteel vê queda de 6% na demanda de aço	8
Título: Mineradoras australianas ganham mercado	10
Título: Brumadinho fez Vale perder participação de mercado	13
Título: Distribuidoras de energia obtêm liminares para pagar menos ICMS	15
Título: BNDES aprova linha de R\$ 3 bilhões para financiar estocagem de etanol	17
Título: Um governo militar	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Petrobras eleva gás de cozinha em 5% antes de consumidor sentir cortes	21
Título: BNDES lança programa de R\$ 3 bilhões para socorrer usinas de cana	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/06/2020****Seção: Opinião****Autor: Roberto D'Araujo, Clarice Ferraz e Gustavo Teixeira****Título: Quem perde com a mudança de preços no setor elétrico?**

Em comparação com outros setores da economia, o setor elétrico brasileiro tem sido pouco afetado pela pandemia em termos de atividade produtiva. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a geração total de energia na semana de 16 a 22 de maio deste ano foi apenas 8,2% menor do que a registrada no mesmo período de 2019. Isso não implica, no entanto, uma pequena queda de receita, e as distribuidoras de energia estão pleiteando uma ajuda bilionária junto ao governo e à Aneel.

A ajuda veio por meio do Decreto 10.350/2020, que estabelece que os impactos da crise devam ser cobertos por meio da nomeada Conta-Covid, financiada por meio de encargo tarifário. Para evitar um tarifaço, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela regulamentação do decreto, propôs que se realizasse um empréstimo que cobrisse a perda de receita das distribuidoras, estimado, por hora, em cerca de R\$ 16 bilhões.

Apesar de estarmos em contexto econômico diverso, o empréstimo segue os moldes do realizado em 2014 para a conta ACR. Em sua nova edição, ele será coordenado pelo BNDES e oferecido por um consórcio de bancos. Seu pagamento será feito ao longo dos próximos cinco anos, preservando a situação financeira das empresas. A esse valor deverão se somar os custos da operação, que poderíamos chamar de juro watts, constituídos pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido da remuneração aos bancos, ainda indeterminada.

Assim, troca-se a entrada em vigor de um tarifaço por outro ainda maior, parcelado em 60 meses, que inclui o pagamento dos juro watts. Resolve-se a situação das distribuidoras às custas dos consumidores do mercado regulado. Sem dúvida, o equilíbrio econômico dessas empresas é afetado, mas muitos outros setores - seus clientes - assistem a quedas vertiginosas de receita. Neste artigo discutiremos se a alocação de esforços para enfrentar a crise da covid 19 tem sido justa e equânime.

Nesse sentido, devemos examinar a performance econômico-financeira das empresas do setor para avaliar sua capacidade de resistir a crises.

De acordo com a Consultoria Economatica, o setor elétrico é, desde 2008, um dos mais lucrativos e que mais pagam dividendos no Brasil. Nesse período,

distribuiu um montante acumulado de R\$ 145 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 2018, só perdeu para os bancos, e, em 2019, ficou em terceiro lugar.

Como se vê na tabela acima, os grupos somaram R\$ 31 bilhões em lucro líquido e R\$ 59 bilhões de Ebitda, medida que expressa o potencial de geração de caixa das empresas. A maioria apresenta indicadores de rentabilidade e de endividamento bastante positivos. Para este ano, estão provisionados R\$ 11 bilhões para pagamento de dividendos. Ou seja, o setor está longe de ser vítima da recessão. Os resultados recém-divulgados do primeiro trimestre de 2020 de algumas empresas corroboram essa afirmação.

O setor elétrico é, desde 2008, um dos mais lucrativos e que mais pagam dividendos no Brasil

Esses números nos ajudam a entender, usando o método de paridade de poder de compra, porque a tarifa brasileira é a terceira mais cara em um grande grupo de países (www.iea.org/reports/world-energy-prices-2019). Essa posição faz o Brasil destoar de seus pares de matrizes renováveis, como Canadá e Noruega.

Nosso clima tropical faz com que cerca de 70% de nossa geração, associada à hidreletricidade, possua grande variância. Nosso ano mais úmido do histórico registrou o triplo de fluxo do ano mais seco. Há anos em que São Pedro nos fornece quase toda a energia que consumimos, e outros em que nos causa apreensão. Como a energia é essencial para qualquer economia, o planejamento e a operação têm de se preparar para hidrologias desfavoráveis.

Ao contrário do que o nome indica, nosso mercado livre de energia não pratica uma competição real. As usinas não vendem exatamente a energia que geram, pois, por vezes, as hidrelétricas substituem as térmicas. A competição é feita com um “certificado” oriundo de um modelo que calcula a “importância” da usina para o sistema. Como o despacho é feito pela ordem de mérito, as térmicas não são acionadas e vendem energia sobrando das hidráulicas.

Essas sobras são liquidadas ao PLD (preço de liquidação de diferenças do mercado livre). Toda vez que há uma sobra de reserva hídrica, o seu valor se reduz fortemente. De 2003 a 2012, o PLD oscilou abaixo de R\$ 50/MWh, cerca de 15% do preço no mercado cativo. Até 2008, o motivo foi a queda da carga após o racionamento, mas o mesmo efeito é percebido com a ocorrência dos anos caudalosos de 2009 a 2011. Em 2011, por exemplo, cerca de 25% dos contratos do mercado livre deram-se de forma mensal e foram liquidados por menos de R\$ 50/MWh.

A situação de sobra que estamos percebendo atualmente é preocupante. Qualquer que seja a razão - queda da demanda por efeito do racionamento, hidrologias “caudalosas” ou a Covid-19 -, essa captura estrutural de energia barata pelo mercado livre, em detrimento do mercado regulado, não está recebendo a atenção dos formuladores das políticas de compensação.

Estamos ampliando a injustiça elétrica brasileira em meio a uma crise mundial.

Roberto Pereira D’Araujo é engenheiro eletricista e diretor do Ilumina

Clarice C. de M. Ferraz é professora da Escola de Química, UFRJ e diretora do Ilumina

Gustavo Teixeira é economista e diretor do Ilumina

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Opinião

Autor: Aurélio Amaral e Ronaldo Carmona

Título: Geopolítica e energia pós-pandemia

A ocorrência de uma tempestade perfeita na relação entre oferta e demanda no setor de petróleo e gás, derivada, por um lado, do recrudescimento de tensões geopolítica em escala global e por outro lado, do aparecimento de um “cisne negro” (um evento imprevisto), a covid-19, colapsou os preços, gerando uma série de incertezas com enormes consequências para o setor de energia.

As tensões geopolíticas, que afetam as condições do mercado de petróleo, têm relação direta com a luta que se trava pela supremacia nas relações de poder entre as nações, especialmente entre Estados Unidos e China, e seus aliados. Quatro eventos mais recentes confirmam a emergência desta geopolítica do petróleo neste século XXI: a chamada guerra comercial EUA-China, com evidentes impactos sobre a demanda chinesa; os ataques dos drones iemenitas às refinarias sauditas, em setembro de 2019; o assassinato do general iraniano em Bagdá em janeiro; e por fim, a guerra petroleira entre Arábia Saudita e Rússia, tendo em vista atingir o shale americano. São demonstrações inequívocas de que as relações de mercado, quando falamos de petróleo, não se aplicam desvinculadas do jogo de poder.

A despeito de elevados custos iniciais, de capital e tecnologia, para colocar os campos em produção no pré-sal, a taxa de retorno será atrativa, o que provavelmente fará com que as majors petroleiras efetivem seus planos de investimentos no Brasil

A atual crise da covid-19 potencializará os efeitos geopolíticos sobre o setor de petróleo, afinal, em um contexto de recessão mundial que se prenuncia, a queda na demanda aliada ao excesso de oferta, fruto da entrada de novos atores no jogo energético, aprofundarão o uso da questão energética como fator de poder entre as nações. Donald Trump não hesita em explicitar essa relação, seja quando justificou o assassinato seletivo em Bagdá, em função da diminuição da dependência energética americana do petróleo do Oriente Médio, e mais recentemente, diante do colapso nos preços - que ameaça jogar na lona a indústria de shale do país -, ameaçou impor barreiras à importações visando protegê-la.

A Rússia, do exímio jogador de xadrez, Vladimir Putin, não hesitou em aumentar a oferta para derrubar os preços, visando atingir a autonomia energética americana, mesmo que às custas, em um plano mais imediato, de gerar um problema fiscal para o país. Consequência colateral de outro problema estratégico de alta relevância: a disputa entre Rússia e EUA pelo fornecimento de gás à Europa, em especial à Alemanha, com o gás russo chegando por meio do projeto Nord Stream 2, passando pelo Mar Báltico, sendo este gasoduto objeto de sanções americanas para impedir sua construção, oferecendo como alternativa a exportação de GNL americano.

Para o Brasil, esta crescente relação entre geopolítica e energia não é fato alheio, tendo em vista sua crescente capacidade de ser um dos grandes atores mundiais no setor. O país vai se afirmando como uma potência energética, dada a exploração crescente de suas reservas em petróleo e gás. Utilizar-se desta condição para adensar as expressões política, econômica, militar e científica-tecnológica é o desafio.

O Brasil, antes da crise, já exportava mais de um milhão de barris/dia, e recentemente viu grande parte de suas receitas fiscais extraordinárias advirem dos leilões de campos de petróleo na província do pré-sal.

O fator energético passa a ser um dos instrumentos mais importantes para promover o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, algumas questões são relevantes para o debate sobre a estratégia nacional, associada à condição de crescente potência energética.

Primeiro, quanto ao ritmo da extração das riquezas dos hidrocarbonetos, com o objetivo de aumentar sua contribuição para o aproveitamento dessa riqueza nacional. Por um lado, a viabilidade econômica dos campos recentemente leiloados do pré-sal é enorme, uma vez que seus custos competem com os do shale americano, estando ambos entre as novas áreas de exploração com menor “break even”. Assim, a despeito de elevados custos iniciais, de capital e tecnologia, para colocar os campos em produção, a taxa de retorno será

atrativa, o que provavelmente fará com que as majors petroleiras efetivem seus planos de investimentos no Brasil.

Contudo, esse boom energético exigirá uma relação de trade off mais ajustada com a estratégia de desenvolvimento econômico. A abundância energética poderá servir de vetor para a consolidação de um setor industrial de P&G que aporte ao domínio de tecnologias emergentes, que são a base da Quarta Revolução Industrial. Também deverá aportar uma maior competitividade à indústria, em especial através da oferta de gás natural.

Uma segunda questão refere-se ao ritmo da transição energética. Antes da crise, havia uma enorme pressão, sobretudo nos países desenvolvidos, por uma descarbonização de suas economias. A Comissão Europeia, havia anunciado um plano de centenas de bilhões de euros para acelerar essa transição.

Contudo, o ritmo da transição energética dependerá do tempo em que os preços do petróleo permaneçam em níveis baixos, o que, por sua vez, está em função da recuperação da demanda, dependente da recuperação da economia mundial.

Essa resposta ainda é nebulosa no momento em que a crise sanitária ainda não teve seu desfecho. O Brasil, no entanto, está muito bem posicionado nesta transição energética e dela deverá tirar proveito, primeiro pelo nosso potencial em produzir energias renováveis, mas em especial por meio do Renovabio, que é um dos mais ambiciosos programas de sequestro de carbono do mundo, com meta para subtrair 700 milhões de toneladas de CO₂ em 10 anos.

Ele valoriza as externalidades positivas da produção de biocombustíveis, incentiva a geração de emprego e renda no nosso país, contribui para o cumprimento dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, incentiva a expansão dos biocombustíveis, com ênfase na previsibilidade e regularidade do abastecimento de combustíveis; e induz ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

Com início em 2020 cria um sistema de certificação de eficiência energética-ambiental, ao estabelecer metas de redução da intensidade de carbono para o setor de combustíveis de transportes, podendo colocar, estrategicamente, o Brasil no centro desse debate.

Aurélio Amaral foi diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até março de 2020.

Ronaldo Carmona é professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) e organizador do livro “Geopolítica e Energia” (Editora Synergia, 2020).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 05/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Moody's avalia Braskem

Em relatório sobre a Braskem, a agência de classificação de riscos Moody's afirmou que a forte queda nos preços do petróleo vai superar o impacto negativo na demanda causado pelo coronavírus na empresa já a partir do segundo trimestre, impulsionando a geração de caixa e a desalavancagem ao longo de 2020, ao mesmo tempo que mantém a qualidade de crédito da companhia. "A demanda por plásticos enfraqueceu, mas menos que outros segmentos", diz o relatório assinado pelas analistas Carolina Chimenti e Marianna Waltz. O rating da companhia é "Ba1" com perspectiva estável. A companhia aproveita os baixos preços do petróleo para criar estoques a um custo menor e importar matéria-prima, enquanto renova seu contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 05/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Apoio a Paracatu

A Kinross Brasil Mineração, uma das maiores produtoras de ouro do país, está destinando ao município de Paracatu (MG), onde atua, cerca de R\$ 2,5 milhões. Entre outras iniciativas, os recursos proporcionaram a doação de seis mil kits de testes rápidos para o sistema de saúde pública da cidade, assim como 1,7 mil exames PCR. Também foram entregues ao município 31.400 máscaras de tecido produzidas por costureiras locais. A empresa também arrecadou seis toneladas de doações para o Banco de Alimentos de Paracatu.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo****Título: Worldsteel vê queda de 6% na demanda de aço**

A demanda mundial de produtos siderúrgicos em 2020 terá uma contração de 6,4% ante o ano passado, informou ontem a World Steel Association (Worldsteel) ao divulgar seu relatório de previsão (Short Range Outlook-SRO) para este e o próximo ano. De acordo com a entidade empresarial, o volume previsto para 2020, devido aos impactos da covid-19, será de 1,65 bilhão de toneladas.

Tradicionalmente, o SRO é publicado em abril e outubro. No entanto, em razão da pandemia, a Worldsteel decidiu prorrogar o relatório de abril para junho.

Para 2021, a previsão é que a demanda por aço deverá se recuperar para 1,72 bilhão de toneladas, representando aumento de 3,8% em comparação ao volume esperado para este ano, conforme as estimativas dos membros da entidade.

A redução deste ano na demanda global, conforme a Worldsteel, será mitigada por uma recuperação mais rápida esperada na China em comparação ao restante do mundo. A previsão pressupõe que as medidas de bloqueio da maioria dos países continuem sendo atenuadas durante junho e julho, com os controles sociais de distanciamento permanecendo em vigor, e que as principais economias produtoras de aço não sofram ondas secundárias substanciais da pandemia.

Al Remeithi, presidente do Comitê de Economia da Worldsteel, afirmou que a crise da covid-19, com suas consequências desastrosas para a saúde pública, também representa uma enorme crise para a economia mundial.

“Nossos clientes foram atingidos por um congelamento geral no consumo, por paradas e por interrupções nas cadeias de suprimentos. Portanto, esperamos que a demanda por aço diminua significativamente na maioria dos países, especialmente no segundo trimestre. Com o alívio das restrições iniciado em maio, esperamos que a situação melhore gradualmente, mas o caminho da recuperação será lento”, comentou Remeithi.

Ele destacou, no entanto, ser possível que o declínio na demanda de aço na maioria dos países seja menos severo do que durante a crise financeira global [2008/09], uma vez que os setores relacionados ao consumo e serviços, que foram os mais atingidos, são menos intensivos em aço. “Em muitas economias

desenvolvidas, a demanda por aço já estava em nível baixo, ainda não tendo se recuperado totalmente de 2008”.

Porém, o executivo ressaltou que a previsão é apresentada em momento de alta incerteza. “Como as economias estão reabrindo sem uma vacina ou cura, existem riscos negativos significativos. Se o vírus puder ser contido sem o segundo e o terceiro picos, e se as medidas de estímulo do governo continuarem, poderemos ver uma recuperação relativamente rápida.”

O SRO aponta que, como a maioria dos países vem reabrindo gradualmente de seus bloqueios desde meados de maio, a recuperação das atividades econômicas é esperada no terceiro trimestre. Embora todos os setores consumidores de aço sejam afetados pelas medidas de bloqueio, os setores de máquinas mecânicas e automotivos estão altamente expostos a um choque de demanda prolongado, bem como a interrupções nas cadeias de suprimentos globais.

Como maior produtor (53%) e consumidor (quase 50%) mundial de aço, a China está saindo do bloqueio à frente de outros países. Sua recuperação econômica começou no fim de fevereiro, com a economia se aproximando rapidamente da normalização, com exceção nos setores de hospitalidade e turismo, diz o SRO.

O congelamento da atividade econômica em fevereiro resultou em queda de 6,8% no PIB e 16,1% no investimento em ativos fixos no primeiro trimestre. No fim de abril, os principais setores consumidores de aço voltaram à produtividade quase total, embora a operação completa do setor manufatureiro seja prejudicada pela queda da exportação.

A recuperação da demanda por aço será mais visível no segundo semestre. Ela será impulsionada pela construção. Já a recuperação da indústria manufatureira será mais lenta devido a uma recessão grave na economia global. A indústria automotiva deverá receber apoio de medidas de incentivo.

“Esperamos que a demanda chinesa de aço aumente 1% em 2020 (para 916,5 milhões de toneladas). Também esperamos que o benefício dos projetos de infraestrutura iniciados em 2020 continue e suporte a demanda de aço em 2021”, informa a Worldsteel.

A demanda por aço nas economias desenvolvidas - União Europeia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul - deverá diminuir em 17,1% neste ano, informa o relatório da Worldsteel.

Embora a desaceleração seja liderada pelos setores de consumo e serviços, deslocamentos maciços nos gastos, mercados de trabalho e confiança estão alimentando declínios amplos nos setores de uso de aço. A repercussão de

perdas substanciais de empregos e falências, confiança fraca e medidas contínuas de distanciamento social sugerem apenas uma recuperação parcial de 7,8% em 2021, diz o SRO.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Jamie Smyth e Neil Hume — Financial Times, de Sydney e Londres

Título: Mineradoras australianas ganham mercado

Mineradoras australianas de capital aberto estão conseguindo ganhar bilhões de dólares a mais em razão de problemas dos rivais com o coronavírus, que os impedem de aproveitar a necessidade insaciável da China pelo ingrediente, essencial na produção de aço.

BHP, Rio Tinto e Fortescue Metals Group (FMG) destacaram que políticas governamentais, tecnologias inovadoras e a capacidade de adaptação de sua força de trabalho lhes permitiram evitar as crises vistas em outros países, que afetaram as concorrentes e ajudaram a impulsionar os preços para mais de US\$ 100 por tonelada.

Os grupos mineradores australianos tem sido uma corda de salvação para a economia do país, que enfrenta recessão

O setor de minério de ferro em outros grandes países exportadores como Brasil e África do Sul sofreu grandes interrupções na produção, de forma que as empresas australianas vêm enviando volumes recorde para a China, onde a demanda continua forte e se encaminha a aumentar à medida que as políticas de confinamento do país forem abrandadas e sua economia se recuperar.

O trio, que já controlava cerca de 65% do comércio marítimo da commodity, vem se beneficiando da alta dos preços desde que a Austrália colocou em vigor suas medidas contra a pandemia no início de março. As ações da FMG atingiram cotação recorde na segunda-feira, o que levou sua capitalização de mercado para 45 bilhões de dólares australianos (US\$ 30 bilhões).

“A Fortescue, junto com nossos pares no setor, está em posição privilegiada para continuar operando ao longo deste momento de interrupções [na produção] sem precedentes”, disse a executiva-chefe Elizabeth Gaines.

“Também estamos vendo preocupações no mercado quanto à garantia de fornecimento de outros países produtores de minério de ferro”, afirmou.

A brasileira Vale, que já lutava para recuperar-se do desastre do rompimento de uma barragem no sul do país em 2019 no qual morreram 270 pessoas (ver reportagem abaixo), reduziu sua meta de produção de minério de ferro para 2020 em função do impacto do vírus na economia do Brasil. A Anglo American, cuja subsidiária Kumba é a maior produtora de minério de ferro da África do Sul, também teve sérios problemas de produção relacionados ao vírus.

As exportações brasileiras de minério de ferro à China no acumulado do ano caíram 12%, enquanto as da África do Sul tiveram queda de 9%, segundo o UBS.

Por sua vez, a produção de aço na China vem aumentando de forma constante desde o fim de março, quando Pequim abrandou as restrições adotadas em todo país para conter o vírus.

As mineradoras Australianas vêm se mexendo para preencher a lacuna de oferta de minério de ferro, superando as tensões comerciais entre China e Austrália. Nos primeiros quatro meses de 2020, elas exportaram 278 milhões de toneladas, 11% a mais do que no mesmo período de 2019, de acordo com o Deutsche Bank.

A capacidade dos grupos mineradores Australianos de continuar operando normalmente mesmo diante das amplas medidas no país para lidar com a crise de saúde pública reforça a reputação do país como o fornecedor mais estável e confiável de minerais essenciais, segundo especialistas do setor.

“Apesar da covid-19, os produtores de minério de ferro da Austrália estão se saindo extremamente bem”, disse o analista Glyn Lawcock, do UBS. BHP, Rio Tinto e FMG deverão elevar as remessas em 2% neste ano e gerar fluxo de caixa livre adicional de US\$ 25 bilhões se o preço médio do minério de ferro ficar em US\$ 100 por tonelada em 2020, acrescentou.

Canberra agiu com rapidez para fechar as fronteiras internacionais e adotar o distanciamento social quando o vírus chegou. Também designou a mineração como atividade essencial, permitindo que funcionários continuassem a viajar a trabalho para Pilbara - o coração da produção de minério de ferro, na Austrália Ocidental, que depende de trabalhadores que moram em outras áreas e vão e voltam constantemente para trabalhar na região.

“Na Austrália, eles foram bem rigorosos”, disse o executivo-chefe da Rio Tinto, Jean-Sébastien Jacques, ao “Financial Times”. “Eles colocaram em vigor um bom sistema de quarentena e também fecharam as fronteiras internacionais. Isso está fazendo uma grande, grande diferença.”

A Rio Tinto, que superou a Vale como maior produtora mundial de minério de ferro em dezembro, caminha para produzir entre 324 milhões e 334 milhões de toneladas neste ano, segundo Jacques.

Cerca de 60% do quadro de funcionários da Rio Tinto em Pilbara viaja para a região a partir de Perth ou de outros centros regionais, um enorme exercício de logística, que fica ainda mais complicado com as regras de distanciamento social.

Para limitar o número de voos que os funcionários precisam pegar, a empresa ampliou o modelo de uma semana de trabalho e uma semana de folga para turnos de duas semanas, segundo Chris Salisbury, chefe da área de minério de ferro na Rio Tinto. Também reduziu pela metade o número de passageiros nos voos e colocou 4 mil de seus 11 mil funcionários da área de minério de ferro no Estado para trabalhar de forma remota.

A Rio Tinto também adotou procedimentos de vigilância nos aeroportos, incluindo questionários on-line e presenciais, checagem de temperatura e testes rápidos, com a extração de sangue dos dedos, para detectar anticorpos relacionados ao vírus.

A BHP adotou medidas similares, com foco na tecnologia para reduzir a necessidade de pessoal presencial. Colocou em uso visores de realidade aumentada, que usam vídeos combinados a tecnologias avançadas 3D para permitir que especialistas a 1,3 mil quilômetros, em Perth, possam gerenciar de forma remota a manutenção de equipamentos de minas.

“Adotamos um nível de criatividade e imaginação para incrementar a segurança de nosso pessoal. E adivinhe? Isso também aumentou a produtividade”, disse Pat Bourke, vice-presidente de tecnologia da BHP.

A empresa testa um aplicativo próprio de rastreamento de contatos com covid-19 no Chile, onde os índices de infecção são piores do que os australianos. Caso a experiência seja bem-sucedida, também poderá usá-lo na Austrália.

A capacidade dos grupos mineradores australianos de continuar operando tem sido uma corda de salvação para a economia do país, que se depara com sua

primeira recessão em 30 anos e um índice de desemprego projetado a chegar a 10% em junho.

O minério de ferro é o principal produto de exportação da Austrália e deverá gerar uma receita recorde de exportações, de 101 bilhões de dólares australianos, em 2020, de acordo com estimativas do governo. O setor de recursos minerais emprega 250 mil pessoas diretamente e respalda 1 milhão de empregos nas cadeias de fornecimento.

“Mantemos a economia nacional viva”, disse Mark McGowan, primeiro-ministro do Estado da Austrália Ocidental, referindo-se à contribuição do setor de recursos minerais durante a pandemia.

A continuidade no fornecimento também isolou as mineradoras australianas da crescente tensão comercial decorrente do plano de Canberra para abrir uma investigação sobre as origens do coronavírus. Embora Pequim tenha imposto tarifas de retaliação contra algumas exportações australianas e vetos às exportações de carne bovina e cevada do país, o minério de ferro ficou ileso. “Substituir a Austrália [no fornecimento de minério de ferro] no momento atual parece difícil”, disse Lawcock.

As mineradoras australianas, porém, ainda podem sentir a ferroada. De forma reservada, alguns executivos dizem temer que o setor fique na mira dos governos, que precisarão aumentar os impostos para pagar pelas medidas contra a crise. “Certamente, os superlucros da mineração e os crescentes buracos fiscais criam alvo fácil para governos querendo melhorar a arrecadação”, disse Tyler Boda, analista de mineração na RBC Capital Markets.

“Com a covid-19 remodelando a política monetária mundial, a política tributária mundial provavelmente também mudará, então poderia haver riscos nos próximos anos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Brumadinho fez Vale perder participação de mercado

Na acirrada disputa pelo mercado da China - que representa cerca de 70% da demanda internacional de minério de ferro -, as mineradoras australianas ganharam participação em relação ao Brasil a partir de 2019. A tragédia de

Brumadinho, em janeiro do ano passado, foi determinante nesse movimento uma vez que levou a Vale, a maior empresa brasileira do setor, a cortar parte de sua produção em Minas Gerais.

Estimativas de analistas sugerem que a Vale pode ter perdido algo como 70 milhões de toneladas como consequência de Brumadinho, volume que foi substituído no mercado internacional - e sobretudo na China - principalmente pelos australianos. A participação da Vale, dessa forma, teria caído de algo como 25% para 20% do mercado global de minério de ferro, segundo cálculos de analistas.

Em 2019, a Vale produziu 301,9 milhões de toneladas de minério de ferro (sem considerar pelotas), 21,5% abaixo das 384,6 milhões de toneladas de 2018.

Esta semana o diretor de ferrosos da Vale, Marcello Spinelli, disse ao **Valor** que a companhia vai vender neste ano para a China volume igual ao superior ao de 2019. Mas a comparação se dá sobre base mais baixa. As vendas totais de minério de ferro e pelotas da Vale em 2019 alcançaram 312,5 milhões de toneladas, queda de 14,5% sobre 2018. Para a China, as vendas de minério e pelotas da Vale somaram 190,2 milhões de toneladas no ano passado, queda de 6,4% sobre o exercício anterior. A participação da China nas vendas totais da Vale até aumentou de 55,5% em 2018 para 60,8% em 2019, mas sobre base de comparação menor.

Este ano a Vale reviu a meta de produção de minério de ferro como resultado da covid e outras incertezas. O volume projetado situa-se entre 310 milhões e 330 milhões de toneladas ante projeção anterior que ia de 340 milhões a 355 milhões de toneladas. Até agora a Vale não teve que interromper produção em suas minas pela covid.

A empresa adotou medidas de segurança para os empregados, como trabalho de casa e distanciamento social nas operações, além do uso de tecnologia, e vem conseguindo gerenciar a pandemia, apesar do relato de casos de coronavírus entre os funcionários. A companhia mantém contingente reserva de trabalhadores na região Norte, para atender mina, ferrovia e porto, caso seja necessário.

Mas além da covid a Vale ainda trabalha com as incertezas resultantes de Brumadinho, como o retorno de minas que foram paralisadas após a tragédia. No auge dos cortes pós-Brumadinho, a empresa chegou a ter 90 milhões de toneladas, em termos anualizados, fora de produção. Parte desses volumes voltaram. Brucutu, a maior mina da Vale em Minas Gerais, opera somente com duas das cinco linhas de produção uma vez que a barragem de rejeitos de Laranjeiras, que atende ao complexo, tem previsão de voltar a funcionar só no

quarto trimestre deste ano. O retorno de Laranjeiras depende de questões de segurança operacional.

Ontem o BTG Pactual soltou relatório em que mostra que as exportações brasileiras de minério de ferro, segundo a Secex, caíram 28% em maio ante igual mês de 2019. No acumulado do ano a perda é menor, mas ainda assim de 13%. Só as exportações da Vale caíram 13% em maio ante idêntico mês do ano passado, segundo o banco. E no ano até maio a queda é de 12%. Os primeiros meses, porém, costumam ser mais fracos em termos de produção por questões climáticas. O segundo semestre é o mais forte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Adriana Aguiar — De São Paulo

Título: Distribuidoras de energia obtêm liminares para pagar menos ICMS

Distribuidoras de energia elétrica têm conseguido liminares na Justiça para recolher o ICMS pelo regime de caixa no período da pandemia. Ou seja, só pagarão o imposto na medida em que receberem os valores devidos pelos clientes ao quitarem suas contas de luz. Já existem decisões favoráveis à Energisa Sul-Sudeste, distribuidora de energia elétrica do Paraná, e à Energisa Paraíba.

Em geral, as concessionárias recolhem o ICMS antecipado (regime de substituição tributária) e depois cobram o tributo do consumidor na fatura. Porém, diante da decretação do estado de calamidade pública nacional até dia 31 de dezembro e da Resolução nº 878 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que obriga as distribuidoras a fornecerem energia elétrica mesmo em caso de inadimplência, as companhias alegam na Justiça que recolhem valores de tributos não recebidos.

O índice de inadimplência dos clientes com relação ao pagamento de contas de luz está entre 15% e 20%, de acordo com dados da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Antes da crise provocada pelo novo coronavírus, a taxa média era de 4%.

O advogado que assessora a Energisa Sul-Sudeste e a Energisa Paraíba nos processos, Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, afirma que os pedidos foram baseados no princípio da proporcionalidade e capacidade contributiva das empresas, além dos efeitos da crise para o setor. “Não faz sentido tributar além da receita que ingressa no caixa da companhia”, diz. Para ele, as decisões

têm sido bem fundamentadas pelos juízes e a discussão interessa a todas concessionárias de serviço público.

Ao analisar o caso da Energisa Sul-Sudeste, o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Curitiba, ressaltou que a discussão é controversa e ainda está para ser definida em repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF). O caso afetado na Corte trata de direito ao crédito de ICMS em caso de inadimplência absoluta dos usuários de empresa de telecomunicações (ARE 668974). Segundo o magistrado, os julgamentos sobre o tema, porém, não estão suspensos em decorrência da repercussão.

Para o juiz, o artigo 155, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição expressamente fixou que o ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação. Ele afirma que as medidas tomadas pela Aneel e pela Lei nº 20.187/2020, do Estado do Paraná, que proibiram o corte de fornecimento de serviços de energia elétrica, impuseram perda significativa de faturamento. “Pior. Nos casos de inadimplência absoluta do consumidor final, o distribuidor de energia viu-se impossibilitado de cessar a prestação de serviços e de repassar a carga tributária ao contribuinte de fato. Mesmo assim, remanesce dever de arcar com custos de produção e distribuição, além de pagar ao Estado valores a título de ICMS que não auferiu/não captou, agindo como se verdadeiro garantidor-universal fosse”, diz o magistrado.

Segundo a decisão, exigir o recolhimento antecipado de todo o ICMS neste momento violaria também o princípio da capacidade contributiva, “ao impor à impetrante exação desproporcional aos seus recursos, de modo a configurar verdadeiro confisco”. Assim, concedeu a liminar (Processo nº 0001926-85.2020.8.16.0004) para que a empresa recolha o ICMS somente sobre as faturas quitadas. A decisão é do dia 21 de maio.

Outra liminar neste mesmo sentido foi concedida para a Energisa Paraíba. O juiz Aluizio Bezerra Filho, da 6ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, entendeu que “há nítido desequilíbrio econômico do contrato, pois, além de terem de fornecer energia elétrica sem a contraprestação do pagamento, também terão de recolher esses tributos em razão do faturamento, sem que possam utilizar-se dos meios coercitivos para adimplemento, gerando grande sobrecarga tributária sobre a cadeia de consumo”.

Na prática, segundo o magistrado, a companhia “não arrecada, não pode cobrar, mas, ainda assim, precisa repassar, antecipadamente, na qualidade de contribuinte substituto tributário todo o ICMS devido na cadeia de consumo”. Por isso, para ele não se trata de repassar ao Fisco “o ônus da inadimplência, mas tão somente de compartilhar com o erário o seu infortúnio (de ambos), fazendo a cada qual recair, nas respectivas proporções, as indesejáveis agruras

do inadimplemento” (Processo nº 0825823-62.2020.8.15.2001). A decisão foi tomada na terça-feira.

Para o advogado tributarista Pedro Moreira, do CM Advogados, normalmente, o recolhimento do ICMS independe do pagamento da mercadoria ou do serviço pelo consumidor. “Porém, no caso concreto, as concessionárias estão obrigadas pela Aneel ao fornecimento da energia elétrica mesmo em caso de inadimplemento”, diz. Tendo em vista essa imposição, o advogado afirma que as decisões parecem acertadas. “Exigir o ICMS, mesmo em caso de inadimplência, não seria de fato razoável”, diz. Porém, Moreira ressalta que pode haver revisão das decisões pelas instâncias superiores, pois o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, tem acolhido pedidos para anular decisões que postergam o recolhimento dos tributos.

Procuradas pelo **Valor**, a assessoria de imprensa do governo do Estado do Paraná informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ainda não foi notificada da decisão. A PGE da Paraíba não retornou até o fechamento da reportagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos De São Paulo

Título: BNDES aprova linha de R\$ 3 bilhões para financiar estocagem de etanol

O BNDES aprovou ontem a criação de uma linha de financiamento de R\$ 3 bilhões para garantir a estocagem de etanol nas usinas sucroalcooleiras que contará com apoio de outras instituições financeiras, conforme antecipou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. O banco de fomento disponibilizará até metade, R\$ 1,5 bilhão, enquanto o restante da linha deverá ser disponibilizada pelos outros bancos.

O montante pode garantir a estocagem de até 6 bilhões de litros de etanol, ou cerca de 20% da produção nacional. A expectativa no banco é que os recursos estejam disponíveis ainda neste mês.

O segmento sucroalcooleiro é o terceiro setor da economia a receber do BNDES um pacote de ajuda setorial para mitigar os impactos da crise deflagrada pela pandemia. A crise resultante da redução do consumo e da desvalorização dos preços eclodiu justamente no início da nova safra de cana no Centro-Sul (2020/21), período em que se concentra a necessidade de caixa das empresas

para fazer frente aos gastos operacionais. O volume de etanol que poderá ficar nos estoques devido ao financiamento corresponde ao que o setor pleiteava.

A ideia é que o recurso garanta capital de giro para as usinas neste momento, evitando que as empresas tenham que vender o etanol que está sendo produzido agora por valores muito baixos e justamente em um momento de demanda fraca, o que intensificaria as distorções no mercado.

A linha foi criada em conjunto com um sindicato de bancos, coordenados pelo Banco do Brasil, e as operações deverão ser contratadas em conjunto com o BNDES e outros bancos. O banco estatal financiará até metade de cada operação e limitado a R\$ 200 milhões para cada grupo econômico, que terá que ter um faturamento anual de no mínimo R\$ 300 milhões para recorrer à linha. O limite mínimo de financiamento para cada projeto é de R\$ 10 milhões.

O custo de cada operação será a TLP mais taxa de 1,5% mais um spread de risco - que dependerá da classificação de crédito da empresa beneficiária por parte do BNDES e do outro banco financiador. A taxa adicional à TLP pode cair para 1,1% caso a usina garantir a manutenção de pelo menos 90% do quadro de funcionários por dois meses ou se, em caso de demissões, realizar acordos coletivos com os sindicatos dos trabalhadores.

O prazo das operações será de 24 meses a partir da contratação, com carência de até 12 meses. A garantia dos financiamentos será o próprio estoque de etanol da usina, em volume equivalente a 150% da quantidade financiada.

A expectativa no governo federal é que o financiamento de estocagem de etanol possa superar os R\$ 3 bilhões aprovados, já que os bancos que já atuam junto ao setor podem oferecer mais crédito por conta própria, sem participação do BNDES. Porém, a avaliação no mercado é que justamente as empresas que mais precisam de apoio para evitar vender etanol por qualquer preço podem acabar tendo dificuldade de ter seu crédito aprovado junto às instituições financiadoras.

Embora muitos grupos sucroalcooleiros tenham a possibilidade de reduzir a produção de etanol migrando suas usinas para maximizar a fabricação de açúcar, há um limite para essa migração, e há algumas que não têm essa opção por serem apenas destilarias. Mas muitas companhias já têm conseguido mitigar os impactos da crise elevando suas exportações de açúcar, favorecidas pela forte depreciação cambial.

Nas negociações, contou a favor do setor para ser eleito como beneficiário de um pacote setorial o fato de ser um forte empregador no interior do país, gerando mais de 1 milhão de empregos diretos. Também pesou o fato de a produção nacional do biocombustível reduzir a necessidade de importação de gasolina e evitar a emissão de até 90% de gás carbônico através da queima do combustível fóssil, fora sua capacidade de gerar energia regionalmente (por meio da queima de biomassa).

O apoio do BNDES foi o único que o governo concedeu ao setor, apesar dos pedidos de alterações tributárias para garantir competitividade ao etanol em relação à gasolina. O segmento foi afetado por uma queda de cerca de 30% nos preços do etanol em relação ao período anterior à pandemia; Apenas em abril, as vendas de etanol hidratado no país recuaram 33,6% ante o mesmo mês do ano passado, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2020

Seção: Política

Autor: Cláudio Gonçalves Couto

Título: Um governo militar

Já se tornou praticamente um lugar comum chamar a atenção para a imensa presença militar no governo de Jair Bolsonaro. São cerca de três mil militares alocados nos mais diversos cargos da administração federal, seja em nível ministerial, seja no alto e médio escalões, como mostrou um recente levantamento feito pelo site “Poder 360”. Isso representou um aumento de 43% em relação ao que havia em 2018, com cerca de 1,6 mil cedidos pelo Exército, quase 700 pela Marinha e mais de 600 pela Aeronáutica.

Esses números não incluem reservistas, como é o caso, por exemplo, do general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Se forem contabilizados os reservistas, bem como os oriundos das Polícias Militares estaduais, os números são ainda maiores.

Atual governo não é só familista: é militar

Se em governos anteriores muito se falou em “aparelhamento” partidário da máquina governamental, sem, porém, que os números demonstrassem algo de efetivamente diferente do usual - como o demonstraram os estudos a respeito feitos pelo cientista político Sérgio Praça - agora há realmente uma novidade. Postos de livre nomeação, normalmente ocupados por civis, pois se constituem

em atividades de natureza civil, são distribuídos para militares, com suas correspondentes bonificações remuneratórias. Ou seja, ao convocar para postos civis gente fardada, o governo Bolsonaro lhes assegura ganhos econômicos imediatos e palpáveis.

Mas não se trata apenas de cooptação dos quartéis com base em prêmios salariais decorrentes do comissionamento - que, aliás, se fazem acompanhar daqueles gerados pelas recentes reestruturações da carreira, camufladas (embora sem muito sucesso, apesar da expertise militar com camuflagens) nas reformas previdenciárias. Trata-se também do empoderamento político de militares em posições que pouco ou nada têm a ver com sua formação e experiência profissionais, ao ponto de o Brasil ter hoje mais gente da caserna aboletado no governo do que a ditadura chavista na Venezuela ou a (saúdosa para alguns) ditadura militar no Brasil.

Há casos em que isso produz até mesmo oximoros (contradições nos termos) - como a alocação de um general de Exército na Casa Civil - ou contradições de finalidade - como o emprego de outro general de Exército no Ministério da Defesa - criado, justamente, para desmilitarizar o governo e assegurar comando paisano sobre as Forças Armadas. Se o chefe da Casa Civil, ao menos, é reformado, o chefe dos militares, entre um voo de helicóptero e outro, segue na ativa. Ou seja, os militares comandam a si próprios, assim como a “Revolução Vitoriosa” de 1964 se legitimava a si mesma, segundo o Ato Institucional nº 1.

Mas a coisa não para por aí. Há militares noutros oito ministérios (número com que inicialmente contaram, quando começou o mandato do outrora defenestrado capitão insubordinado): o já mencionado GSI, **Minas e Energia**, Secretaria de Governo, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Controladoria Geral da União, Secretaria Geral (a cargo de um PM) e, pasme-se, a Saúde.

Se nenhum ministro médico agrada ao presidente em sua luta inglória pela cloroquina e contra o isolamento social, coloque-se um obediente general para apetrechar ao capitão; faça-se o protocolo da cloroquina; nomeie-se mais uma penca de militares para cargos responsáveis por medidas sanitárias. Pau para toda obra, os militares, mais do que nunca, podem ter creditados na (ou debitados da) sua conta reputacional os resultados da política de saúde desse governo. A tomar pela condução que dá ao assunto o capitão, os fardados brasileiros correm o risco de colher, em tempos de democracia, o desprestígio que seus colegas argentinos colheram na malfadada aventura das Malvinas, em tempos de ditadura - foi um fim de feira vexatório.

Mas há mais. Se, retomadas as atividades políticas presenciais, o ritmo alucinado de condução política de Bolsonaro, bem como seus enrosocos com a Polícia Federal e as milícias cariocas favorecerem movimentos em prol de seu

impeachment, cabe apreciar como atuaria quem puder lhe substituir. Como bem observou em sua coluna Maria Cristina Fernandes, o general Hamilton Mourão faz questão, em repetidos artigos, de mostrar que (apesar de dominar melhor o idioma e ter menos complicações familiares) não têm uma visão da política fundamentalmente distinta daquela de seu cabeça de chapa.

A forma como mais este militar do governo enxerga opositores, movimentos de rua não-alinhados, demais poderes do Estado, governos subnacionais e imprensa, deixa claro que no lugar de Bolsonaro ele não teria motivação para conferir ao governo um colorido distinto, quiçá um tom mais moderado. E, considerando como os fardados e seus colegas de pijama têm cerrado fileiras na defesa dos pares no governo, é pouco provável que um eventual presidente Mourão fosse desmilitarizar a condução da administração federal. Talvez lhe falte o carisma do “mito”, mas também a Maduro falta o carisma de Chávez.

Sob tal aspecto, é inegável o engenho do ardil confesso de Bolsonaro e sua prole, indicando o loquaz general para a Vice-Presidência. Como apontou à época da escolha o filho 03, Eduardo, Mourão é “faca na caveira” e por isso funciona como um hedge contra eventuais tentativas de impeachment. Resta saber se funciona como um esteio também contra a possível cassação da chapa pelo Tribunal Superior Eleitoral, a depender do que revelar o inquérito das “fake news” e suas conexões com o financiamento do empresariado simpático à difusão das narrativas bolsonaristas desde a campanha eleitoral.

Nesse caso, a proteção pode vir menos da falta de alternativa gerada pelo radicalismo do vice e mais dos interesses fardados aboletados no governo, bem como dos beneficiários das generosas reformulações de carreira promovidas pela atual administração. E, lembre-se, disso não ficam de fora Polícias Militares estaduais, menos leais a seus governadores do que ao bolsonarismo, como demonstraram os motins do Ceará e as PMs de São Paulo e Rio no fim de semana.

Cláudio Gonçalves Couto é cientista político, professor da FGV-SP e colunista convidado do “Valor”. César Felício volta a escrever na próxima semana
E-mail: claudio.couto@fgv.br

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/06/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras eleva gás de cozinha em 5% antes de consumidor sentir cortes

Sequência de reduções na refinaria entre março e maio, acumulada em 16%, não foi repassada; revendedor e distribuidor absorvem lucro

Rio de Janeiro - A Petrobras anunciou nesta quinta (4) aumento de 5% no preço do gás de cozinha vendido por suas refinarias. A alta ocorre sem que o consumidor tenha conseguido ainda se beneficiar da sequência de cortes realizados em 2020, já que não houve repasses ao preço final.

A alta acompanha a recuperação dos preços internacionais do petróleo, diante do relaxamento de medidas de isolamento social em diversos países. O repasse ao consumidor depende de políticas comerciais de distribuidoras e revendedores.

A revenda, porém, espera repasse imediato e culpa as empresas de distribuição, que são responsáveis pelo envase do combustível em botijões, pela falta de repasses dos cortes promovidos pela estatal durante no primeiro trimestre.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) mostram que, entre o dia 1º de março, quando a estatal iniciou nova política de preços para o combustível, e 24 de maio, o preço do gás nas refinarias caiu 16%. Na distribuição, porém, a queda foi de apenas 3,2%.

Na revenda, praticamente não houve cortes. Pelo contrário, os dados da ANP mostram um aumento das margens de lucro, indicando que os revendedores se apropriaram do pequeno repasse feito pelas distribuidoras.

O gás entrou na mira das autoridades de defesa do consumidor logo no início da pandemia do novo coronavírus, quando corrida aos pontos de venda acabou gerando elevações nos preços finais. Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB) chegou a solicitar ao Procon que investigasse aumentos injustificáveis.

De acordo com a ANP, o preço médio do botijão no país era de R\$ 69,45 na semana passada, praticamente o mesmo valor vigente no início de março. No dia 18 daquele mês, a Petrobras anunciou um corte de 5% no preço da refinaria. No dia 30, reduziu novamente, em 10%.

No ano, a queda acumulada era de 21% até o reajuste desta quinta. Agora, o preço praticado pela estatal está 13,4% menor do que o verificado no fim de 2019. No preço pago pelo consumidor, porém, a variação acumulada do ano é uma elevação de 0,4%.

Nesse período, a margem dos revendedores subiu 6,7%, para R\$ 17,92. Essa é a parcela com que eles ficam para pagar seus custos e obter lucro.

O presidente da Abragás, entidade que reúne sindicatos de revendedores de gás de cozinha, José Luiz Rocha, reclama que não há repasses dos cortes pelas distribuidoras. “Da distribuidora para a revenda os preços sobem de foguete e só baixam —quando baixam— de paraquedas”, diz.

Em 2019, ainda segundo dados da ANP, as quatro maiores empresas do segmento (Liquigás, Nacional Gás Butano, Supergasbrás e Ultragaz) dominavam 75% do mercado brasileiro de distribuição de gás de cozinha. A Liquigás foi vendida ao grupo Copagaz, quinta maior do setor, o que deve aumentar o nível de concentração.

Com mais gente comendo em casa após o início de medidas de isolamento para enfrentar o coronavírus, o consumo de gás de cozinha no país cresceu mais de 20% nas primeiras semanas da pandemia.

Procurado, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) disse que instaurou procedimento para investigar possíveis práticas anticompetitivas no mercado.

A busca pelo combustível gerou dificuldades de abastecimento em alguns estados e levou a Petrobras a reforçar as importações.

Procurada, a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça) enviou à Folha nota técnica contrária ao controle de preços na revenda, como propôs São Paulo, pelo risco de desabastecimento em determinadas regiões e alinhamento de preços ao teto estabelecido.

“Não se pode esquecer que o sistema econômico brasileiro é baseado no princípio constitucional da livre iniciativa e, portanto, na livre flutuação de preços em ambientes de livre mercado”, afirma o texto, que foi elaborado após manifestação do Sindigás, sindicato que reúne as maiores distribuidoras do combustível.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/06/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: BNDES lança programa de R\$ 3 bilhões para socorrer usinas de cana

Rio de Janeiro - O BNDES lançou nesta quinta-feira (4) uma linha de financiamento para socorrer usinas de cana-de-açúcar afetadas pela queda nas vendas de combustíveis durante a pandemia. O crédito pode chegar a R\$ 3 bilhões.

Assim como nos outros programas de socorro anunciados pelo BNDES após o início da crise gerada pelo novo coronavírus, o socorro às usinas respeitará condições de mercado e será oferecido em parceria com bancos privados.

O BNDES entrará com até 50% do valor dos contratos de financiamento. Para isso, separou R\$ 1,5 bilhão. “A ação conjunta com bancos comerciais pode elevar o apoio ao setor, portanto, a mais de R\$ 3 bilhões”, disse o banco de fomento.

Os contratos têm o objetivo de financiar a estocagem do etanol que está sendo produzido mas não encontra mercado, já que as medidas de distanciamento social derrubaram as vendas de combustíveis automotivos.

“O setor é responsável por 1 milhão de empregos no interior do país e pela geração de US\$ 10 bilhões [cerca de R\$ 50 bilhões] em exportações por ano”, justificou o BNDES. As vendas de etanol caíram quase 40% em abril.

Os contratos de financiamento terão carência de até 12 meses e prazo para pagamento de dois anos. Os estoques de etanol poderão ser usados como garantia para a obtenção dos recursos.

A oferta de crédito para financiar os estoques vem sendo negociada com o governo desde o início da pandemia. O setor queria ainda a elevação dos impostos sobre a gasolina, mas a proposta encontrou resistência na Petrobras e não avançou.

A estatal alegou que impostos mais altos reduziriam as vendas de gasolina, o que criaria problemas no abastecimento de gás de cozinha, já que esses dois combustíveis são produzidos nas mesmas unidades de refino.

MME / ASCOM .